

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR".

PARECER TECNICO

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 26 / 10 / 98
no. PAD 00359

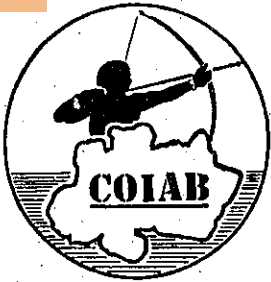
Comentarios a respeito " do Estudo de Impacto Ambiental da Frente de Lavra do Medio Rio Negro - Estado do Amazonas " apresentado pela Cooperativa dos Garimpeiros do Estado do Amazonas (COOGAM).

Abordagem dos aspectos socio-culturais dos povos indigenas do rio Negro e avaliacao das consequencias da implantacao do projeto para os mesmos.

COORDENACAO DAS ORGANIZACOES INDIGENAS DA
AMAZONIA BRASILEIRA - COIAB

Silvio Cavuscens
Assessoria tecnica

Manaus, 07 de marco de 1994



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR".

2

Localização do projeto

O referido projeto pretende atuar especificamente na calha do rio Negro, entre a foz do rio Marie e Cauaburi, propondo para isto uma série de medida de cunho educativo além de normas de fiscalização dos membros associados da Cooperativa no intuito de garantir a concentração e permanência dos garimpeiros na área principal do projeto.

O documento não aponta ~~uma~~ a possibilidade de que a notícia de abertura do garimpo na região do médio rio Negro possa provocar, mais uma vez, um deslocamento maciço de garimpeiros, oriundos de outras regiões, e que não possuem qualquer interesse ^{em} ~~em~~ se afiliarem a COOGAM. Os órgãos federais reconhecem que não possuem recursos financeiros e nem humanos para garantir uma fiscalização permanente em qualquer região da Amazônia.

O episódio da invasão da área Yanomami por milhares de garimpeiros em 1989 é relevante e esclarece sobre a real capacidade dos órgãos federais. Mais recentemente, em fevereiro de 1994, foi novamente denunciado pela Comissão Pela Criação do Parque Yanomami a invasão de mais de mil garimpeiros na área Yanomami do estado de Roraima.

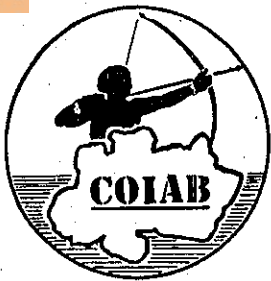
A realidade da atuação garimpeira em toda região do rio Negro tem nos demonstrado que os garimpeiros representam uma população oscilante e itinerante, a procura de bons locais de trabalho, seja na própria calha do rio Negro, seja no Traira, ou no próprio Pico Neblina, ou em quaisquer espaços onde a indícios de minérios como o ouro, o diamante, etc... A definição do campo de atuação é baseada em critérios de rentabilidade e maiores probabilidades de extrair o minério.

Implantação do projeto

O IEA apresenta informações muito vagas no tocante ao modo como as atividades de cunho orientativo/educacional serão desenvolvidas e que estas iniciariam apenas na fase de implantação do projeto. Isto é de verdadeira preocupação por considerar que qualquer trabalho informativo/educacional no sentido de preparar qualquer pessoa e demorado, ainda mais tratando-se de uma reciclagem na qual se suponha que os interessados devem mudar completamente de mentalidade e de filosofia de trabalho. Por outro lado a noção de rentabilidade do ponto de vista socio-ambiental apresentada no IEA é completamente equivocada, uma vez que os aspectos de preservação ambiental ou sociológicos não podem ser medidos com parâmetros quantitativos de rendimentos, mas qualitativos, prevalecendo o estudo da relação do homem com o meio ambiente, assim como os aspectos relacionados com a ecologia humana.

Estudos realizados

Na apresentação do diagnóstico ambiental do IEA uma série de estudos foram realizados, diferenciando as áreas de atuação do empreendimento da seguinte forma:



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
 "UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR".

areas de influencia direta

areas envolvidas nas diferentes frentes de lavra da COOGAM

areas de influencia indireta

classe 1 :

areas onde as alteracoes biosociais ocorrerao com maior intensidade, devido a implantacao do empreendimento: Sao Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Manaus.

classe 2:

areas das bacias hidrograficas do rio Negro e seus tributarios, a montante e a jusante das frentes de lavra, excluidas as areas das mesmas.

Conforme o documento, " os estudos referentes aos ambientes fisicos e bioticos foram levantados com maior detalhe no que se refere as areas de intervencao e de influencia direta ". Enquanto que os aspectos referentes ao ambiente antropico estenderam-se tambem a area de influencia indireta.

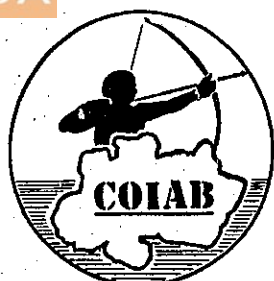
A nossa estranheza foi de constatar que o resultado de tais estudos nao aparece no documento, principalmente no que diz respeito aos aspectos humanos, sociais e culturais em relacao a populacao residente tanto na area de influencia direta como indireta do projeto.

Ambiente socio-economico

O EIA, ao apresentar brevemente o aspecto socio-economico da populacao atingida pelo projeto, oferece dados erroneos sobre a realidade e omite qualquer informacao que faca referencia aos povos indigenas que habitam justamente aquela regio do medio rio Negro.

Parece-nos que em qualquer estudo de impacto ambiental, alem da fauna, da flora, da qualidade da agua e do potencial economico de uma regio, o elemento chave a ser estudado deveria ser " o homem ". E o homem que justamente habita aquela regio e indigena. O EIA se limita a fornecer algumas informacoes populacionais (citando o numero de 120 familias) referente a area de influencia direta do empreendimento, e de 3000 habitantes na regio do medio rio Negro, mas nem sequer apresenta dados sobre a situacao desta populacao, sua origem, as consequencias do projeto para esta populacao assim como as acoes a serem desenvolvidas para amenizar o impacto do mesmo sobre a vida socio-politica e cultural dos povos indigenas e da populacao ribeirinha.

Alem do mais, o EIA nao faz qualquer referencia a situacao fundiaria da regio alvo do projeto, nem das propostas de delimitacao das areas indigenas do alto e medio rio Negro.



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
 "UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR".

4

Outrossim, no que se refere as áreas de influencia indireta de classe 1 e 2, tampouco e dado importancia a populacao ribeirinha ou indigena ali estabelecida. Em relacao a esta ultima, nao analisa as consequencias do projeto para os povos indigenas localizados nos diversos tributarios do rio Negro, e principalmente os Yanomami, nem propoe qualquer tipo de acao que venha garantir que nao serao afetados pelas atividades do projeto.

O IEA reconhece a pouca fertilidade do solo apropriado para a lavoura (15 %) e a aptidao da area para as atividades extrativistas e de turismo ecologico, estes ultimos a serem concebidos atraves de projetos educativos.

Mais uma vez o IEA peca por apresentar a realidade de modo extremadamente sumario, sem fornecer quaisquer informacoes que permitem analisar e avaliar as propostas superficialmente avancadas.

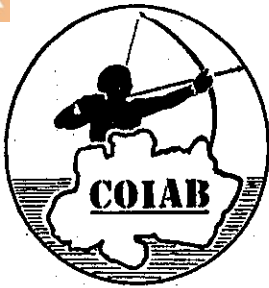
Como seriam desenvolvidos tais projetos educativos ? Por quem ? Qual a base cientifica utilizado pela COOGAM para admitir a compatibilidade entre atividades economicas tao contraditorias ? Pois e notoria o antagonismo existente entre o extrativismo e o eco-turismo, principalmente no tocante a relacao que cada qual desenvolve com o meio ambiente. Este ultimo tem como filosofia a preservacao do meio ambiente, procurando manter intacto a fauna, a flora e os habitos das populacoes visitadas, condicao sine-quantum para atrair os turistas para as areas de atuacao das empresas. O extrativismo, principalmente atraves da garimpagem tem como meta a extracao de recursos naturais, o ouro, cassiterita, diamantes, e outros metais nobres, provocando com isto serios prejuizos ao meio ambiente, e necessitando promover acoes no sentido de diminuir tais prejuizos, sem portanto nunca eliminar-los por completo.

A unica presenca de garimpeiros em areas percorridas pelos turistas levaria as empresas amazonenses ao fracasso. Nao se pode esquecer a preocupacao existente a nivel nacional e internacional em relacao a necessidade de preservacao do meio ambiente. A Amazonia e particularmente visada neste sentido. E ate o presente momento, nao podemos fugir da realidade, haja visto por exemplo a invasao da area Yanomami e o massacre de Hoximu, demonstracao do alto custo social e ambiental infligido pela atividade garimpeira em toda a Amazonia.

Por outro lado, a propria politica de desenvolvimento do estado do Amazonas tem demonstrado a vocacao turistica principalmente do rio Negro, pela sua beleza, especificidade e riqueza de sua fauna e flora. O IEA tampouco faz referencia ao Parque Nacional do Jau, maior parque de florestas tropicais do mundo, nem a Estacao Ecologica das Anavilhanas, maior arquipelago fluvial do mundo.

Caracteristicas populacionais

Sao apresentadas informacoes populacionais apenas citando o numero de 3000 habitantes que vivem no curso do medio rio Negro, cuja principal base economica e a roca feita atraves da agricultura itinerante.



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR".

5

Essa ausência de dados sobre a vida da população daquela região, a sua cultura, regime de trabalho, língua, hábitos, tradições, etc... deixa-nos imensamente preocupados. Pois se tal população não é considerada antes da implantação do projeto, como podem pretender respeitá-la, e promover ações sociais, educativas e assistenciais sem ao menos conhecê-la ?

Antecedentes e contexto socio-cultural da região do médio Rio Negro

Para subsidiar a avaliação do empreendimento proposto e o próprio EIA, avançamos algumas informações que pensamos necessárias para contextualizar adequadamente a realidade indígena de toda a bacia do rio Negro.

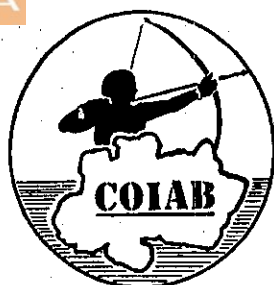
Segundo o antropólogo Marcio Meira realizou em dezembro de 1990, por solicitação da Procuradoria Geral da República, um amplo levantamento da região do baixo rio Negro. O resultado de sua pesquisa confirma a presença de grupos indígenas na região do baixo rio Negro, registrando 2241 pessoas de diversas etnias falantes das línguas das famílias Maku, Tukano e Aruak, e vivendo em 66 sítios e comunidades. " Ali vivem portanto aqueles mesmos grupos que ocupam o alto rio Negro: Bare, Baniwa, Warekena, Tariano, Tukano e Maku. Este levantamento todavia não foi extensivo, e um grupo de trabalho composto pelo antropólogos Jorge Pozzobon, Marcio Meira e Ana Gita realizou no início de 94, a identificação das áreas indígenas do baixo rio Negro, registrando uma população superior a 2 500 índios.

Os povos da família linguística Tukano se dividem em vários grupos, entre os quais Tukano, Dessano, Pratapuia, Arapaco, Tuyuca; Kubeo, Wanana, Siriano e outros. Habitam as margens dos rios Uaupes, Papuri, Tiquie, Curicuriari, Negro e outros igarapés menores.

A família Aruak também se divide em diversos grupos tais como os Bare, Tariana, Warekena, e os Baniwa, estes conhecidos pelos seus próprios nomes como Jiboia-Tapuia, Siuci-Tapuia, Inambu-Tapuia, Yawarete-Tapuia, Arara Tapuia, Tatu-tapuia entre outros. Os Aruak habitam as margens dos rios Uaupes, Icana, Xie e Negro. Os maku vivem no interior das florestas, em pequenos grupos, falando quatro línguas distintas; os bara-Maku, os Upde-Maku, os Yohup-Maku e os maku Guariba. Vivem nas regiões superiores dos rios Papuri, Tiquie, Unçuixi, e entre os rios Negro e baixo Curicuriari.

O antropólogo Marcio Meira demonstra que a geopolítica imposta pelos colonizadores na região influenciou definitivamente nos níveis de intensidade do contato desses grupos étnicos entre si e com o mundo dos brancos, contato esse histórica e geograficamente diferenciado, o que levou muitas vezes, certos grupos, a manterem-se isolados e por isso mesmo mais protegidos, em detrimento de outros, sobretudo habitantes das margens dos grandes rios, que sofreram alto grau de repressão contra a sua integridade física e cultural.

Os povos indígenas do baixo rio Negro encontram-se organizados através da Associação das Comunidades Indígenas do



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR".

6

Baixo Rio Negro - ACIBRIN que já realizou duas assembleias para discutir dos problemas que os atingem e reafirmar a sua identidade étnica. O principal objetivo da ACIBRIN é de reafirmar a reivindicação de área indígena contínua para os povos indígenas da região do baixo rio Negro.

Esta organização é também membra da Federação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - FOIRN.

Na assembleia realizada no Curicuriari, assinalaram o problema da invasão garimpeira, sobretudo a partir de 1988. Em busca da Serra do Traira, muitos garimpeiros tem tentado subir os rios Marie e Curicuriari, as vezes roubando os pertences dos sítios e comunidades por onde passam. De lá para cá, o problema intensificou-se. Desde 1989, com a expulsão dos garimpeiros da área Yanomami, em Roraima, muitos deles se dirigiram ao rio Negro. Segundo os índios, desde agosto de 1990 haveriam grupos de garimpeiros no rio Marie e igarapé Turi. Tais garimpeiros estariam em disputa pelos garimpos, ameaçando-se entre si constantemente, e afetando as comunidades indígenas que ali vivem que utilizam o rio para as suas expedições de coleta, caca e pesca.

O antropólogo Robin M. Wright, professor da UNICAMP, em seu artigo intitulado "As guerras do ouro no alto rio Negro" e publicado no Aconteceu especial 17 do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI (povos indígenas no Brasil - 85/86, pp. 85 a 87) demonstra o clima de tensão existente para os índios devido a invasão de suas terras por empresas de mineração e por levadas de garimpeiros a mando de empresários do setor. Ocorreram conflitos violentos entre índios e garimpeiros e entre empresas e garimpeiros, o que provocou entre outras coisas um recrudescimento na militarização da região por forças armadas militares e paramilitares.

Repúdio dos povos indígenas a presença garimpeira

Em nenhum momento leva-se em consideração no EIA do pensamento da população local, indígena e ribeirinha a respeito da implantação do projeto. Contudo, os povos indígenas do rio Negro em diversas ocasiões se manifestaram, encaminhando inclusive documentos as autoridades competentes posicionando-se contrariamente a presença dos garimpeiros em suas terras. Em 16 de dezembro de 1993, a Federação das Organizações Indígenas do rio Negro - FOIRN, organização representativa de todos os povos indígenas que tradicionalmente ocupam a região do rio Negro, em documento encaminhado ao Secretário do meio Ambiente do Estado, apresenta o seu protesto contra a possibilidade de liberação do garimpo na região do rio Negro, argumentando, entre outros:

- que a garimpagem nesta área foi proibida por decisão judicial devido aos graves danos causados ao meio ambiente da região, como a poluição e o assessoramento dos rios, sua contaminação por mercúrio, o desmatamento da floresta, além da violência indiscriminada que tomou conta do local, causando mortes e agressões diárias



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR".

7

cometidas contra índios bem como contra os moradores das cidades de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e entre os próprios garimpeiros.

- que acima de tudo, a área usada ilegalmente pelos garimpeiros e área de ocupação tradicional indígena, cujo processo de reconhecimento oficial encontra-se em tramitação, afetando inclusive a área Yanomami, já demarcada e homologada.

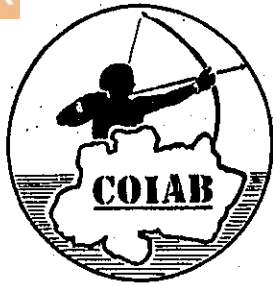
Em 25 de novembro de 1993, os capitães e todo o povo Baniwa e Kuripaco das comunidades de Santa Rosa, Pupunha Ropita, Tucuma Ropita, Jandu Cachoeira, Maua Cachoeira, Trindade, Aracu Cachoeira, Cioci Cachoeira, Tamandua, Mapati Cachoeira, Coraci, Loiro Poco, Urumitu Iago, São José, Cara Igarape, Santa Isabel, São Pedro, Comada, Araripira, Vila Nova, Apui Cachoeira, Jurupari Cachoeira, Santana e América, denunciaram de público a presença de garimpeiros na região desde maio de 1993. Afirmam no documento que a atuação dos garimpeiros tem poluído os rios, afastado a caça, e trazendo doenças como a malária, diarreia com sangue e outros. Afirmam ainda que a sua sobrevivência e a de seus filhos depende de uma natureza sadia, e que para poderem ter boa saúde necessitam da floresta.

Em relatório de viagem realizada no mês de dezembro 1993 nas aldeias de Maturuca e Ariabudos pela enfermeira Celina Cadena, constam informações relevantes a respeito das atividades garimpeiras naquela região. Segundo informações levantadas junto a um índio Yanomami a respeito da situação no rio Cauaburis, diz "que antes havia muito peixes, passaros, caca, e agora sai para pescar quando se consegue pegar um mandim, se vê o buxinho bem raladinho, passaros não se vê mais, macacos foram embora, viados e porcos sumiram do mato. Na época dos garimpeiros na aldeia Cauaburis, eles agradavam os Tuxauas dando comida insinuando-os a se tornarem dependentes de tudo".

Depois da retirada dos garimpeiros, "o que dar para se entender pelas conversas do informante, o que ficou e o que chamamos de poluição ambiental: depósitos de skol, garrafas de bebidas alcoólicas, plásticos, latras de conservas, tambores, acampamentos, lugares onde funcionavam os lupanares, na época alguns Yanomami começaram a beber bebida alcoólicas".

No mesmo relatório, a enfermeira revela que apareceram doenças que os índios não conheciam, como hepatite e malária, e que hoje existem em Maturuca e Ariabu.

A mesma conseguiu levantar informações a respeito da presença de garimpeiros no Pico da Neblina, existindo diversos caminhos ou "picadas" saindo da cabeceira do rio Demiti. Outro caminho existe na cabeceira do Inambu. Entra-se acima de Santa Isabel e da cabeceira do Inambu, tem variação para o Rio Maia, e deste para o Cauaburis, seguindo daí para o Pico da Neblina e para os Igarape Preto e da Anta.



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR".

8

O mesmo relatório apresenta dados sobre as consequências do garimpo para os Yanomami entre outros:

- dependencia principal da alimentacao
- troca de produtos para a comida do branco
- deixa de comer as frutas, o mel para trocar por acucar
- nao procura mais sua alimentacao nativa.

Garimpagem no rio Negro e uma Ameaca para o povo Yanomami

Diversos depoimentos importantes foram registrados no Relatório da Comissão externa do Congresso Nacional - CE, destinada a realizar in loco o levantamento sobre a noticia de massacre Yanomami, realizado a partir de viagem em campo entre o final de agosto e o inicio de setembro 1993 e elaborado pelo relator da Comissão deputado Nan Souza.

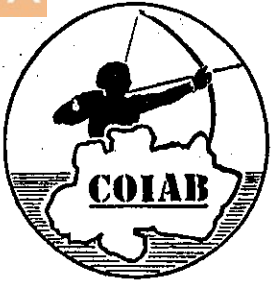
A apresentacao do referido relatório se deve a atualidade do mesmo e a analise acurada a respeito da causas do massacre Haximu e das consequências do garimpo para o povo Yanomami, oferecendo importantes subsidios para uma avaliacao socio-cultural adequada das consequências do garimpo para os povos indigenas em geral e para os Yanomami de modo especifico.

A primeira invasao da area Yanomami em grande escala ocorreu em 1975 - 76 e foi provocada pela extracao de cassiterita, mineral este com imensas reservas identificadas na Serra Surucucus pelo Projeto Radam Brasil. Esta invasao resultou em uma serie de epidemias entre a populacao indigena e em conflitos armados entre garimpeiros e indios, levando o entao Ministro do Interior, Sr. Rangel Reis, a fechar a area e remover todos os invasores em setembro de 1976.

A primeira invasao da regioao de Surucucus foi significativa por incluir a participacao tanto de garimpeiros profissionais de outras regioes do Brasil como tambem de uma empresa mineradora, a Companhia de Mineracao Alem Equador.

A Dra. Alcida Ramos, professora da Universidade de Brasilia e antropologa, ressaltou que os Yanomami sao otimos etnografos demonstrando grande curiosidade sobre os objetos dos brancos. E que foi justamente esse fascinio que permitiu a invasao de garimpeiros na area. Quando ja se deram conta, perceberam que estavam morrendo feito moscas.

O Dr. Aristides Junqueira, Procurador Geral da Republica, opinou que era preciso analisar o episodio do massacre Yanomami de Hoximu dentro de uma perspectiva historica. So assim, partindo do pressuposto de que, desde 1975 ate este ano, mais de 1500 Yanomami ja haviam morridos, seja pelo contagio de doencas trazidas pelos garimpeiros, seja pelo confronto direto, este episodio nao poderia ser encarado como um fato isolado, mas sim como mais uma etapa do processo de extermínio de um grupo etnico.



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
 "UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR".

9

O Dr. Salomao Afonso de Souza Cruz, geologo do Departamento Nacional de Producao Mineral - DNPM esclareceu a C.E. que entre os garimpeiros, 70 % sao de origem nordestina, e desse 70 % sao do Estado do Maranhao. O mesmo chegou a admitir para a C.E. que o garimpo da forma como esta estruturada jamais viabilizara a economia de Roraima e que, no computo final, o garimpo apresenta-se como extremamente negativo.

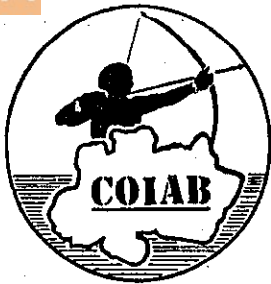
O Sr. delegado Raimundo Cutrim, encarregado das investigacoes sobre o massacre dos Yanomami de Hoximu, fez questao de ressaltar a dramatica realidade das areas de garimpo, onde a moeda e o ouro e a lei e sempre a do mais forte e que neste contexto, sao os donos das maquinas e das pistas de pouso, as autoridades do garimpo. Afirmou, tambem, que, nesse cenario, era dificil para o estado conseguir receber algum beneficio. Concluiu alegando que a organizacao funcional do garimpo, como todo setor produtivo, abriga bons e maus elementos, so que, devido ao seu caracter marginal, tem a caracteristica de tornar as relacoes sociais e economicas extremamente degradantes e viciadas.

O Dr. Hiran Manoel Goncalves da Silva, medico legista e coordenador da Fundacao Nacional de Saude de Roraima destacou a malaria como principal " causa mortis " entre os Yanomami, responsavel por pelo menos 30 % dos obitos. O mesmo relacionou tambem os problemas respiratorios, a diarreia e a desnutricao cronica, todas decorrente da queda de resistencia fisica causada pela contratacao inicial da malaria. Estimou que atualmente, entre 30 e 40 % da populacao Yanomami nao recebe qualquer tipo de atendimento sistematico por parte do Distrito Sanitario Yanomami.

Concluindo o relatorio, O relator da C.E. afirma que podemos dizer que, embora os problemas agrarios do norte nordeste brasileiro tenham contribuido muito para aumentar o fluxo de garimpeiro a area Yanomami, o apoio a invasao por parte de grupos com interesses economicos e politicos na regioao e a cultura da violencia e da impunidade que reina na zona de garimpo foram fatores decisivos no processo que levou as atrocidades cometidas contra a comunidade Yanomami de Haximu.

No ambito deste relatorio, conclui-se portanto pela ocorrencia de crime de genocidio praticados por garimpeiros brasileiros contra os Yanomami de Haximu, em territorio venezuelano.

A segunda via de conclusao vincula-se diretamente ao contexto em que se deram os fatos criminosos, vistos em perspectiva historica. Sabe-se, e o material trazido a Comissao o confirma com detalhes, das profundas irrupcoes culturais e sanitarias advindas da penetracao da terra indigena por contingente garimpeiro.



Considerações finais

Diante do exposto, salientamos a seguir algumas considerações para melhor compreensão das consequências que a análise do EIA nos sugeriu, tais como:

- a localização da frente de lavra esta sendo prevista na região do médio rio Negro, em terras ocupadas por povos indígenas que ali tradicionalmente habitam. Estes povos, representam uma população estimada em 2500 habitantes, além de 1500 índios Yanomami localizados em áreas de influência considerada indireta pelo projeto, nos rios Marauia, Cauaburis, etc...

- o território dos povos indígenas moradores da calha do rio Negro esta sendo identificado pelos órgãos federais competentes, e que o levantamento para tal identificação já foi realizado entre o final de 1993 e início de 1994, sendo que o relatório de tal identificação esta em via de elaboração;

- os Yanomami estão localizados em seu território devidamente demarcado e homologado através do decreto de homologação N. da Presidência da República;

- as terras destes povos encontram-se atualmente invadidas por garimpeiro como foi comprovado pelo próprio Grupo de Trabalho (doc. anexo N.....) e sabe-se da notícia de garimpeiros atuando ilegalmente na própria calha do rio Negro, na rio Marie e no Pico da Neblina;

- todos os povos indígenas desta região já experimentaram a contato com frentes garimpeiros, sofrendo inclusive sérios prejuízos em termos culturais e em sua própria sobrevivência. Neste sentido, os povos indígenas desta região e suas organizações representativas manifestaram-se de público contrários ao retorno do garimpo no rio Negro;

- o povo Yanomami dado a sua característica cultural e curioso, etnógrafo e interessado em descobrir a cultura material de outros povos assim como da própria sociedade envolvente coloca-o em perigo no tocante a saúde e a manutenção da própria cultura, como já foi constatado na ocasião a invasão da área Yanomami por garimpeiros no estado de Roraima. Não podemos esquecer que foi comprovada a fragilidade dos Yanomami em relação as doenças trazidas no contágio com frentes pioneiras, entre elas do garimpo, principalmente no tocante a malária, tuberculose, diarreia, etc...

- a realidade da garimpagem na Amazonia carece de uma política nacional clara e definida em relação ao modo de como deve se desenvolver. Os dados apresentados em relação a origem dos garimpeiros e o fato de que se trata na maioria dos casos de sem-terra e incorreta.



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR".

11

De acordo com pesquisa realizada em Roraima pelo Dr. Gordon J. Mac Millian, em 1992, e publicada na revista Ciencia Hoje, em marco de 1993 (pp. 9 - 11), e demonstrado que ao contrario do que e frequentemente declarado, os trabalhadores sem-terra nao representam a maior parte dos garimpeiros. De uma amostrade 234 garimpeiros que trabalham no para e em Roraima pesquisados em 1990 e 1991, 73 % possuiam terra ou pertenciam a familias que possuiam terra. Para essas familias, o garimpo e geralmente visto como uma oportunidade de complementar a renda da agricultura ou comom meio para investir na expansao ou melhoria da propriedade. O mesmo estudo indica que 49 % dos colonos que foram garimpar contrairam malaria e que o saldo real para o garimpeiro e minimo, beneficiando-se principalmente os donos de garimpo, empresarios, intermediarios, donos do maquinario, etc...

Assim sendo e necessario considerar a garimpagem numa otica nova e atraves de um processo amplo de discussao a nivel nacional, com a participacao do proprio Congresso Nacional, procurando definir estrategias de atuacao, conforme estabelecido em lei.....

Concluimos constatando que analise acurada do EIA em termos sociais e culturais revela que o empreendimento proposto esta terminantemente mais preocupado com os aspectos economicos do que com o advir da populacao ali localizada. As acoes propostas em termos de reducao do impacto ambiental ou dos aspectos sociais carecem de fundamentos e revelam o total desconhecimento que os autores possuem da realidade etnica e social tanto dos povos indigenas como da populacao ribeirinha desta regioao.

A avaliacao de todo o processo de contato dos povos indigenas do rio Negro com a sociedade nacional, e as experiencias acumuladas negativamente em relacao ao contato do garimpo com o meio ambiente e os povos indigenas nos faz afirmar que o empreendimento proposto podera trazer serios prejuizos a sobrevivencia fisica e cultural dos povos indigenas,

Nesse sentido, rogamos das autoridades aquem cabe o poder de decisao, de nunca esquecerem ao tomar a sua decisao, a situacao da populacao atingida e de vislumbrar as alternativas existentes, afim de evitar o altissimo custo social que o garimpo tem infligido a populacao mais carente.